

Organização dos Estados Nacionais

O processo de formação dos Estados Modernos deve ser considerado paralelamente às transformações ocorridas na Baixa Idade Média, período cujas contradições levaram ao declínio dos particularismos feudais em favor do fortalecimento da autoridade real. As alterações pelas quais a nobreza passava possibilitaram a formação de uma conjuntura favorável à centralização político-administrativa sob a forma de um Estado unificado.

A nobreza viu-se diante da crise do mundo feudal, com severas dificuldades de controlar as rebeliões camponesas, manter suas rendas e reafirmar seu poder político. Tornou-se viável, assim, que a figura do monarca fosse reabilitada e, junto dela, as funções de convocação de um único Exército – capaz de reprimir com sucesso as insurreições por todos os lados – e de uniformização dos impostos – permitindo novamente o controle financeiro –, entre outros aspectos.

Não se pode afirmar, no entanto, que a nobreza perdeu sua influência sobre a política europeia, visto que o caráter aristocrático e estamental dessa sociedade permaneceu inalterado. Além disso, a nobreza permaneceu lado a lado com o poder vigente, tecendo o suporte político que permitia ao monarca realizar a gestão do governo. Isso se deu na medida em que, para auxiliar a governança monárquica, necessitou-se de um corpo burocrático que ajudasse na articulação política e econômica. Para tanto, convocou-se a nobreza, que permaneceu, assim, influenciando os destinos políticos europeus.

O Estado Moderno, desse modo, foi um novo arranjo político que garantiu a manutenção da estrutura social aristocrática e estamental forjada ao longo da ameaça ao poder nobre. O historiador Perry Anderson, que se debruçou sobre tais questões, afirma que:

Durante toda a primeira fase da época moderna, a classe dominante – econômica e politicamente – era, portanto, a mesma da própria época medieval: a aristocracia feudal.

ANDERSON, Perry. O Estado Absolutista no Ocidente.

In: _____. *Linhagens do Estado Absolutista*.

Porto: Afrontamento, 1984. [Fragmento]

Diante das pressões provocadas pela crise do século XIV, o Estado Moderno, ainda de acordo com Anderson, seria a “carapaça política de uma nobreza atemorizada”. A nobreza, nesse contexto, viu-se obrigada a abrir mão de seu poder militar, transferindo-o para o Estado, afinal, somente com o monopólio da força, o Estado poderia garantir a submissão das classes que se levantavam contra o poder dos nobres.

As transformações econômicas operadas ao longo da desagregação do poderio feudal nobre também conduziram à centralização do poder. O desenvolvimento do comércio e da urbanização alteraram as estruturas econômicas do feudalismo, levando à crise desse modo de produção. A oferta de trabalho nas cidades, por exemplo, colaborou para a desestruturação da servidão, pois estimulava a fuga de servos dos feudos, rompendo os elos necessários à manutenção das relações de suserania e vassalagem, que, por sua vez, permitiam às engrenagens feudais continuarem funcionando.

A crise do século XIV afetou de forma menos contundente os grandes comerciantes, que passaram a atrair a mão de obra camponesa que emigrava dos feudos em razão da superexploração. Por possuírem reservas em dinheiro, esses comerciantes foram capazes, ainda, de conceder empréstimos aos nobres em dificuldade financeira, rompendo com o controle do poder dos senhores feudais.

A burguesia se interessava em colocar um fim aos particularismos regionais que dificultavam as transações comerciais. Era necessário demolir as barreiras ainda presentes nos feudos, como impostos pagos para trafegar nesses locais, para expandir o comércio de mercadorias. Além disso, a fragmentação feudal impunha uma diversidade de sistemas de pesos, medidas e moedas que emperrava o lucro mercantil. A centralização, nesse caso, garantiria a unidade em todos esses aspectos, inclusive a taxação sobre produtos estrangeiros visando à proteção dos mercados nacionais. A unificação dos mercados por meio desse processo mostrava-se, assim, fundamental para os interesses dos mercadores.

Tal cenário nos leva a concluir que o monarca estava perante uma situação cuja tendência era a de absorção do poder, visto que tanto a nobreza quanto a nascente burguesia tinham interesses na centralização monárquica.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTADOS MODERNOS

Os Estados Modernos caracterizavam-se pela centralização do poder nas mãos dos monarcas europeus e pela redução dos poderes locais, situação que se manifestou nas mais diversas esferas da vida pública. A formação de uma burocracia estatal, ou seja, de um corpo de funcionários que compunha as engrenagens do Estado, foi fundamental para a garantia da fiscalização e para a cobrança de impostos. O fim das barreiras tarifárias entre os feudos e o estabelecimento de um sistema tributário nacional possibilitaram a manutenção da estrutura dos Estados. Os Exércitos nacionais garantiam a ordem interna e a soberania. A nobreza, desse modo, perdia o poderio bélico e este passava a ser exercido pelos mercenários, em muitos casos estrangeiros, que compunham as forças militares estatais.

A aplicação da justiça também passou a ser atribuição dos Estados, e não privilégio dos senhores feudais, como antes, visando a promover de modo mais eficaz a regulamentação das transações comerciais e a pacificação dos conflitos sociais do período. A centralização se completaria, enfim, com a imposição de uma língua nacional e com o estabelecimento de uma religião oficial, o que garantiria a unidade. É importante lembrar, no entanto, que o crescente poder dos reis impôs limites ao domínio universal da Igreja, que se manifestava desde a Idade Média.

Portugal

Portugal foi o primeiro Estado centralizado da Europa. Seu processo de formação esteve intimamente relacionado à Guerra de Reconquista, travada contra os muçulmanos, considerados inimigos pela cristandade.

A expansão islâmica atingiu a Península Ibérica no século VIII. Os mouros, como eram conhecidos os povos islâmicos, permaneceram na região até o século XV e só não atingiram o norte da Península Ibérica, no reino das Astúrias, que se tornou o foco da resistência cristã. Em 1492, os mouros foram expulsos de Granada, na atual Espanha, completando o movimento denominado Reconquista, considerado, naquele período, uma Cruzada. Destacaram-se, nesse processo, linhagens nobres, como as de Leão, Aragão e Castela.

No século XI, o nobre francês Henrique de Borgonha, que havia lutado contra os muçulmanos na Guerra de Reconquista, recebeu de Afonso VI, rei de Leão, o condado Portucalense, que se estendia desde o norte da Península Ibérica até o Rio Tejo. O condado, desse modo, passou a ser governado pelos Borgonha, vassallos dos reis de Leão. Contudo, Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, reconquistou a região de Algarves, ao sul da Península Ibérica e rompeu a relação de suserania com Leão, dando início à primeira dinastia portuguesa.

Os reis de Borgonha promoveram a centralização por meio das seguintes medidas:

- concessões das cartas de franquia que libertavam as cidades do domínio dos senhores feudais;
- expansão dos domínios territoriais portugueses;
- instituição da Lei das Sesmarias, que determinava a perda da posse das terras pelos nobres, caso eles não as tornassem suas terras produtivas;
- estímulo à libertação dos servos e transformação destes em trabalhadores assalariados.

Os portugueses foram beneficiados, ainda, pela guerra entre França e Inglaterra, durante o século XIV. Posto que o conflito instalado interrompeu as rotas comerciais que cortavam a Europa Central, a solução foi a criação de rotas marítimas que permitissem o comércio entre o norte europeu e as cidades italianas, passando por Portugal. Essas rotas colaboraram para o desenvolvimento das cidades do litoral lusitano, o que fortaleceu a classe mercantil portuguesa.

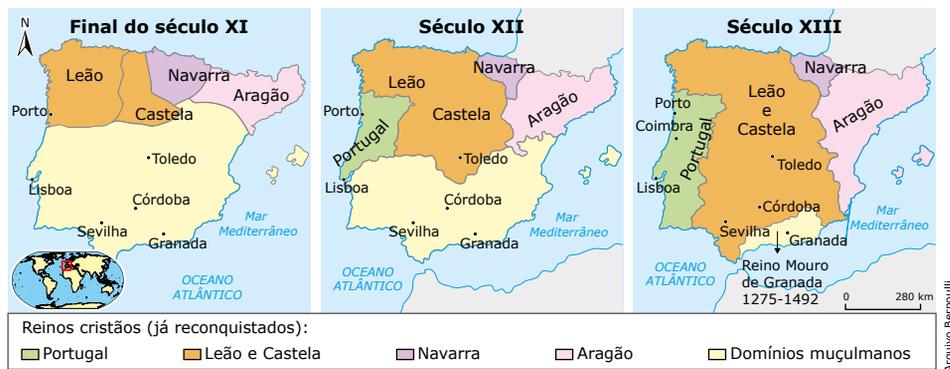
As atividades comerciais sofreram expansão durante esse período, com destaque para a pesca e para a navegação de cabotagem, isto é, entre os portos do país, pelo litoral ou por vias fluviais.

A morte de D. Fernando I, último rei da dinastia Borgonha, deu início a uma crise sucessória. O fato de a herdeira do trono ser casada com o rei de Castela, poderia levar Portugal a anexar esse reino e dominá-lo, o que era desejo de uma parte da tradicional nobreza portuguesa.

Essa união entre os reinos, entretanto, não interessava à burguesia, à pequena nobreza e à população urbana, que defendiam a ascensão ao trono de D. João I, irmão ilegítimo de D. Fernando e chefe da ordem militar de Avis. Contando com o apoio financeiro dos comerciantes, o Exército liderado por D. João, derrotou as forças inimigas na Batalha de Aljubarrota, em 1385. Posteriormente tais ações políticas foram denominadas Revolução de Avis.

D. João de Avis ascendeu, então, ao trono e completou a centralização do Estado português, aproximando-o da burguesia lusa. Tal situação possibilitou que Portugal reunisse esforços para a Expansão Marítima, que teve como primeira conquista a tomada de Ceuta, no norte da África, em 1415.

A Reconquista da Península Ibérica



Espanha

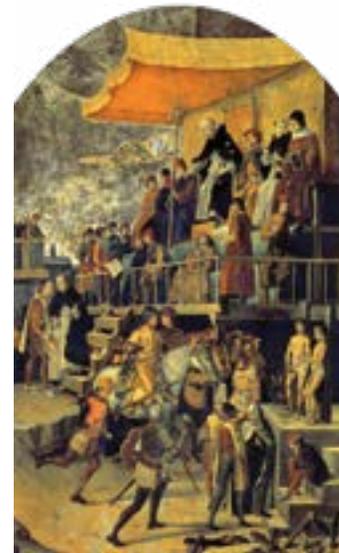
A luta pela expulsão dos muçulmanos da região da Península Ibérica foi fundamental para a formação dos reinos que deram origem ao Estado espanhol. À medida que os territórios ocupados pelos mouros eram conquistados, surgiam progressivamente os reinos de Leão, Navarra, Castela e Aragão. Com a união dos reis católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, restando apenas a reconquista de Granada, ao sul da península. Com a tomada desse reino, em 1492, estava completa a unificação territorial da Espanha.



NORTIZ, Francisco Pradilla. *Rendição de Granada*. 1882. Óleo sobre tela, 330 x 550 cm. Senado da Espanha.

Foi fundamental, nesse contexto, a presença da religião católica. A atuação da Inquisição, controlada pelos monarcas desde 1478, foi responsável por garantir a unificação religiosa mediante a perseguição aos judeus e aos mouros, o que reforçou a unidade interna em construção.

Após o fim da Reconquista, os inquisidores perseguiram e puniram também os judeus e muçulmanos convertidos ao catolicismo, acusados de ainda praticarem suas antigas religiões. Nos autos de fé, os acusados de heresia recebiam, em praça pública, a punição pelo suposto pecado cometido. A expulsão desses grupos permitiu o enriquecimento da Coroa, que confiscava os bens dos considerados hereges.



BERRUGUETE, Pedro. *São Domingos presidindo um auto de fé*. 1495. Técnica mista sobre madeira, 154 x 92 cm. Museu do Prado, Madrid, Espanha.

Além da unificação religiosa, foi fundamental a unidade linguística – por meio da propagação do castelhano –, política e administrativa. A partir do fortalecimento de Castela, foi criado um corpo de funcionários responsável pela centralização e pela fiscalização. Muitos desses funcionários faziam parte da pequena nobreza, que apoiava o processo de centralização personificado pelo rei, em troca de privilégios, pensões e cargos políticos.

A unificação do Estado espanhol não garantiu, no entanto, a unidade irrestrita, visto que havia diferenças culturais e políticas entre os diversos reinos que o constituíam. Em meio à busca por uma nacionalidade em comum, estavam presentes as culturas basca, catalã, judaica e muçulmana, o que imprimiu um viés de diversidade ao processo de unificação. A descentralização administrativa pôde ser percebida durante a exploração da América, uma vez que a arrecadação das riquezas coloniais não foi igualmente distribuída pelas regiões, sendo controlada pelo reino de Castela.



Guerra da Reconquista

A consolidação dos Estados de Portugal e Espanha foi possível somente após a reconquista do território em uma luta entre cristãos e mouros. Assista a esse vídeo para entender como foi esse processo.



Inglaterra

Os anglo-saxões, povos de origem germânica ocidental, se instalaram na parte oriental da Grã-Bretanha no século V e vieram a exercer domínio sobre a Inglaterra e também sobre partes da Baixa Escócia no decorrer dos séculos seguintes, regiões que, no século VII, se converteram ao cristianismo.

Em 1066, os normandos, originários do norte da França, conquistaram a Inglaterra. Liderados por Guilherme, o Conquistador, esse povo de origem *viking* derrotou os anglo-saxões e, no século XI, a Inglaterra assistiu ao reforço das estruturas feudais.

No século XII, com a ascensão da dinastia de Plantageneta, inicia-se o reforço do poder central com o rei Henrique II. O estabelecimento da justiça real e da *Common Law*, o conjunto de leis aplicado em todo o território, marcou as tentativas de unidade desse período. Henrique II foi então sucedido por Ricardo I, conhecido como Coração de Leão. Em seu reinado, participou da terceira Cruzada e entrou em conflito com a França, quando veio a morrer. A constante ausência de Ricardo voltou a enfraquecer o poder central, situação que foi mantida durante o reinado de seu sucessor, o rei João Sem Terra.

Irmão de seu antecessor, o rei João envolveu-se em conflitos com a França e com o papa, provocando a insatisfação de setores da sociedade inglesa. Parte da nobreza inglesa, do baronato, e do clero formou uma assembleia, obrigando o rei a assinar um documento, conhecido como a Magna Carta. De acordo com esse documento, assinado em 1215, ficavam vedadas ao rei a alteração de leis ou a criação de impostos sem prévia aprovação de um conselho composto pela nobreza e o clero.

O grande Conselho daria origem, em 1258, ao Parlamento. Alguns princípios jurídicos também eram garantidos, como aqueles que "estabeleceram que ações contra homens livres somente devem ser instauradas pelo julgamento de pares e / ou da Lei da Terra, e que a justiça não será negada, vendida ou protelada." (LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.).

Devido a essa peculiaridade, o poder dos reis ingleses teve como contraparte a presença do Parlamento da Inglaterra. A existência desse órgão, no entanto, não evitou posteriores momentos de concentração do poder nas mãos do rei.

No século XIV, Inglaterra e França iniciaram um longo conflito, a Guerra dos Cem Anos, que se estendeu entre 1337 e 1453 e se constituiu em uma série de batalhas entre ingleses e franceses. As origens do conflito estavam relacionadas às disputas dinásticas e atingiram em grande parte o território da França. Entre as causas da Guerra, incluíam-se questões como a pirataria no Canal da Mancha, disputas territoriais, rivalidades comerciais na região de Flandres e reivindicações dinásticas envolvendo as dinastias Capetíngia (reinante na França) e Plantageneta.

Possessões inglesas e francesas no período anterior à Guerra



A longevidade da Guerra impeliu a nobreza a se unir e, assim, propiciou a centralização nos dois reinos. Além disso, é possível dizer que:

Houve, por certo, uma consolidação da consciência nacional em ambos os lados do Canal. O francês tinha deixado de ser a língua palaciana oficial da Inglaterra por volta de 1380, e houve um belo florescimento da língua inglesa nas últimas décadas do século XIV, sobretudo nas obras de Chaucer. Materialmente, a Inglaterra sofreu menos do que a França, que foi devastada por sublevações camponesas a Jacquerie.

LOYN, Henry R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. [Fragmento]

Com o fim da Guerra dos Cem Anos e da dinastia dos Plantagenetas, estava em curso uma crise econômica e o nítido declínio da nobreza inglesa. A Inglaterra mergulhou então em um novo conflito: a Guerra das Duas Rosas, disputa interna pelo controle do trono inglês, quando se enfrentaram a dinastia de York (rosa branca) e a de Lancaster (rosa vermelha).

Em 1485, aproveitando-se das disputas internas, Henrique Tudor destronou Ricardo III, da casa dos York, e assumiu o trono, sendo reconhecido pelo Parlamento como Henrique VII. Ao longo da dinastia Tudor, completou-se a centralização monárquica na Inglaterra.

França

O reino dos Capetíngios possuía posição estratégica, estando situado entre importantes vias comerciais, o que colaborou para enriquecê-lo por meio da cobrança de impostos. Essa arrecadação e a formação de uma burocracia e de um exército propiciaram o aumento do poder dessa família no território francês, o que, por sua vez, possibilitou a centralização a partir dessa casa dinástica. Assim, foi com a dinastia Capetíngia, originada com Hugo Capeto no século X, que se iniciou o processo de centralização do poder monárquico na França.

Durante o reinado de Felipe Augusto, no começo do século XIII, a centralização foi acelerada devido aos seguintes fatores:

- Necessidade de um poderoso Exército para o enfrentamento dos conflitos com os ingleses.
- Cobrança de impostos por fiscais nomeados pelos reis, os baillios ou senescais.
- Centralização da Justiça.

Os reis que sucederam a Felipe Augusto deram continuidade ao processo de concentração dos poderes. Durante o reinado de Luís IX – canonizado após sua morte como São Luís – no século XIII, a unificação monetária promovida garantiu o aumento das transações comerciais no interior do reino. Cerca de duas décadas depois, foi a vez de Felipe IV, o Belo, que, apesar de seguir com o processo de centralização, chocou-se com o poder da Igreja.

Enquanto esteve no poder, Felipe IV anexou as regiões de Navarra e Champagne e recuperou parte da região da Aquitânia, antiga possessão inglesa. Intensificou ainda a tentativa de racionalizar a administração, criando um tribunal de contas e decretando novos impostos. O rei também diminuiu o poder da nobreza ao reprimir a Ordem dos Templários, criada durante as Cruzadas. Um dos motivos para a repressão era a enorme dívida financeira que seu reino acumulou em relação a essa ordem.

O choque com a Igreja, já motivado pela questão dos templários, agravou-se no momento em que o rei ameaçou cobrar impostos sobre os bens eclesiásticos do clero francês e impedir a saída da França de recursos destinados à Santa Sé. A tensão foi tanta que levou o monarca a convocar, pela primeira vez, os Estados Gerais.

A reunião, ocorrida em 1302, contou com a participação de nobres, clero e burguesia, que manifestaram o seu apoio ao poder real. Vale ressaltar, no entanto, que, após essa primeira convocação, os Estados Gerais só se reuniram esporadicamente ou em momentos de crise da monarquia.

Com a morte do papa Bonifácio VIII, que chegou a ameaçar o monarca de excomunhão, Felipe IV impôs o nome do cardeal francês Clemente V, desde que este se comprometesse a dissolver a Ordem dos Templários, o que apenas poderia ser feito por um papa. Mediante um novo acordo com Clemente V, transferiu-se a sede do papado para Avignon, na França. O episódio, conhecido como Cativo de Avignon, durou cerca de 70 anos. Nesse período, a cristandade viveu o Cisma Ocidental, ou seja, a existência de dois papas, o romano e o francês. Assistiu-se, assim, no reinado de Felipe IV, a ações que consolidaram a centralização monárquica francesa.

Apesar dos esforços unificadores, é importante ressaltar que a Guerra dos Cem Anos interrompeu temporariamente o processo de centralização, afinal, necessitando do apoio da nobreza para a manutenção do longo conflito, o poder da monarquia enfraqueceu-se. As derrotas iniciais, a fome e a Peste geraram insatisfação para a burguesia, o que colaborou para o aumento das tensões no campo e para a eclosão das *jacqueries*, revoltas servis surgidas no contexto de superexploração, após a retração demográfica ocasionada pela Peste Negra.

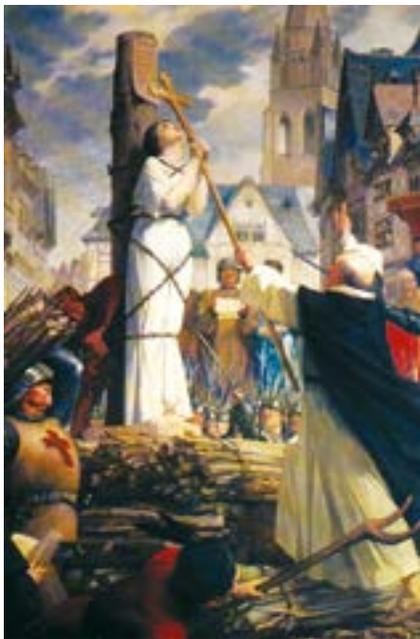
No século XV, as vitórias obtidas pela França na Guerra dos Cem Anos fortaleceram a consciência nacional, momento em que se destacou a figura de Joana d’Arc, grande mito da história francesa. A luta só terminou com a expulsão dos ingleses em 1453, pela dinastia dos Valois, que havia ascendido ao poder em 1328 com Carlos IV. Após a guerra, o Estado francês estava materialmente desgastado, mas o enfraquecimento da nobreza e o fortalecimento do Exército permitiram o reforço do poder monárquico.



ARQUIVOS NACIONAIS. Joana d’Arc. Entre 1450 e 1500. Óleo em pergaminho. França.



LENEPVEU, Jules Eugène. *Joana d'Arc na coroação de Carlos VII em Reims*. Entre 1889 e 1890. Panteão de Paris, França.



LENEPVEU, Jules Eugène. *Joana d'Arc na fogueira em Rouen*. Entre 1886 e 1890. Panteão de Paris, França.

Joana d'Arc nasceu em 1412, no vilarejo de Domrémy, França, e pertencia a uma família de camponeses. Aos 13 anos, a jovem passou a acreditar que ouvia vozes de São Miguel, Santa Catarina e Santa Margarida. Acreditava que deveria coroar o príncipe herdeiro do trono, Carlos VII, na catedral de Reims e salvar a França dos ingleses. Acredita-se que Joana d'Arc tenha participado de inúmeras batalhas, garantindo a vitória francesa. A heroína foi capturada pelos ingleses e condenada à morte na fogueira pela Igreja.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM

01. (Mackenzie-SP) A guerra foi igualmente provocada pelas ambições da França e da Inglaterra sobre Flandres, região economicamente rica pelo seu comércio e por sua produção de tecidos. Extremamente devastadora, agravou a situação de miséria e exploração das classes camponesas, mas também contribuiu para revelar o sentimento nacional.

A afirmação anterior refere-se à

- A) Guerra do Bouvines.
- B) Guerra dos Cem Anos.
- C) Guerra das Duas Rosas.
- D) Guerra dos Três Henriques.
- E) Guerra dos Trinta Anos.

02. (ESPM-SP) Nenhum homem livre será detido, aprisionado, ou privado de seus bens, ou posto fora da lei, ou exilado, ou prejudicado de algum modo a não ser em virtude de um julgamento legal dos seus pares ou em virtude das leis do país.

TREVELYAN, G. M. *História concisa da Inglaterra*.

O trecho anterior foi retirado de um documento considerado referência fundamental das Liberdades Inglesas. Assinale-o:

- A) Provisões de Oxford.
- B) Magna Carta.
- C) Ato de Supremacia.
- D) Declaração de Direitos.
- E) Lei dos Pobres.

03. (UFPE) Durante a Baixa Idade Média, a Península Ibérica esteve envolvida

- A) em guerras entre os reinos de Portugal e de Navarra.
- B) na Guerra de Reconquista, em que os reinos cristãos lutaram contra os muçulmanos.
- C) na guerra contra a formação dos Estados modernos europeus.
- D) na conquista da África e da Ásia.
- E) na organização das Cruzadas.

04. (UEL-PR) O rei espanhol Alfonso X, o Sábio, na sua obra *El Libro de Ajedrez*, simula, por meio de uma partida de xadrez, os conflitos entre cristãos e mouros.

Tais conflitos devem ser entendidos no contexto

- A) da expansão muçulmana para o Oriente, a qual entrou em choque com os interesses portugueses e espanhóis naquela região.

- B) das Guerras Púnicas, quando Ocidente e Oriente disputaram o controle do Mar Vermelho.
- C) das Cruzadas, quando cristãos, pela força, retomaram o Estreito de Gibraltar que estava sob domínio mouro.
- D) das heresias medievais, quando o poder eclesiástico foi ameaçado pela concentração do poder burguês.
- E) da Reconquista, que praticamente varreu das terras ibéricas a presença do elemento não cristão.

- 05.** (UEL-PR) No processo de formação das monarquias nacionais europeias, o desenvolvimento do comércio e das cidades
- A) criou a necessidade de centralização do poder para unificar os tributos, as moedas, os pesos e medidas, as leis e mesmo a língua.
 - B) ocorreu sob uma luta de interesses que aliou a burguesia, a Igreja, os artesãos e os servos contra o rei e a nobreza.
 - C) contribuiu para que a nobreza e a burguesia impusessem uma autoridade de cunho particularista no controle das cidades.
 - D) criou condições para que a autoridade do rei, no Estado Moderno, fosse limitada pelo parlamento.
 - E) promoveu a subordinação do poder real aos duques e condes, que possuíam grandes exércitos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UEFS-BA) As monarquias nacionais que se formaram ao longo dos séculos XIII, XIV e XV, embora tenham sido uma nova forma de exercício do poder (poder centralizado), oposta às monarquias medievais, mantiveram em sua essência a mesma natureza destas. Apesar, inclusive, de toda a importância e participação da burguesia no processo de consolidação do Estado nacional, o poder continuou sendo exercido pela mesma classe dominante, a nobreza, só que agora concentrado na figura do rei.

NEVES, Vera M. da C. (Org.). *As terras do Brasil e o mundo dos descobrimentos*. Secretaria de Educação.

Instituto Anísio Teixeira. Salvador: Boanova, 2000. p. 18-19.

A influência da burguesia na estruturação das monarquias europeias deu aos monarcas, entretanto,

- A) a oportunidade para fortalecer os laços de cooperação com a Igreja Católica, responsável pela confirmação do poder real.
- B) o cancelamento do direito de acesso às “cartas de franquia” pelas vilas agrícolas medievais.
- C) o poder de democratizar o acesso de servos, operários e trabalhadores braçais, aos estamentos mais elevados da sociedade.

- D) a necessidade de dividir o poder de mando com representantes de outros reinos não cristãos do Oriente Médio.
- E) os recursos necessários à organização de exércitos nacionais comandados por generais da confiança dos reis, excluindo os exércitos particulares da nobreza feudal.

02. (PUC-Campinas-SP)

- I. “[...] esse Estado continua sendo a expressão da hegemonia da nobreza que, através da reorganização estatal, reforça sua dominação sobre a massa camponesa...”
- II. “[...] foi um sistema de exploração regulamentado pelo Estado e executado através do comércio [...], sendo essencialmente a política econômica de uma era de acumulação primitiva...”
- III. “[...] a produção das Colônias só é válida na medida em que possibilite lucros elevados aos comerciantes metropolitanos, detentores do monopólio sobre o comércio de importação e de exportação das Colônias...”

Na evolução histórica europeia, os itens anteriores identificam elementos que foram fundamentais para

- A) o desenvolvimento do modo de produção asiático.
- B) o fracasso das Revoluções Liberais do século XVII.
- C) a política de realinhamento imperialista do século XIX.
- D) o processo de transição do feudalismo para o capitalismo.
- E) a rearticulação do poder feudal com as Corporações de Ofício.

- 03.** (UFT-TO) Os Estados nacionais, como Portugal, Espanha, Inglaterra e França, foram se constituindo gradativamente entre os séculos XII e XVI e envolveram interesses diferenciados da nobreza e da burguesia em formação.

No que se refere aos interesses da burguesia é correto afirmar que:

- A) As monarquias se desobrigaram de buscar a unidade monetária, diminuindo em muito a possibilidade do comércio entre as nações.
- B) As monarquias romperam com a nobreza, passando a adotar os princípios básicos do capitalismo nascente, o que facilitou a consolidação da burguesia.
- C) As monarquias buscaram a unificação das leis, da moeda e do território, medidas importantes na produção e comercialização dos produtos.
- D) Ao se aproximarem da nobreza, dada a facilidade que essa tinha no domínio tecnológico da produção fabril, os reis se distanciaram da burguesia nascente.
- E) O dinheiro acumulado pela burguesia impediu a consolidação dos Estados nacionais, em razão dos compromissos políticos entre as monarquias e a nobreza.

- 04.** (UNIPAR-PR) "A Guerra das Duas Rosas (1455-85) representou para a aristocracia proprietária de terras, mais do que uma catástrofe natural, uma catástrofe social, um derramamento de sangue que muito a enfraqueceu..."

Uma das consequências da Guerra das Rosas na Inglaterra foi

- A) a ascensão da Dinastia Tudor que irá comandar o processo de formação da monarquia nacional centralizada submetendo a nobreza feudal enfraquecida diante do longo período de combates.
 - B) a disseminação da Peste Negra que foi facilitada pelas condições de pobreza ocasionadas pelas guerras e a desestruturação da produção agrícola.
 - C) a aproximação da Inglaterra com a Igreja Católica como único meio superar as divergências internas e a crise econômica.
 - D) o enfraquecimento do incipiente capitalismo inglês diante do colapso da produção de lã empobrecendo a classe dos proprietários e dos comerciantes.
 - E) a invasão estrangeira e o domínio de grande parte do território pelo Exército Real francês.
- 05.** (FEI-SP) Os problemas das heranças feudais, que haviam confundido destinos e províncias, tornaram inevitável a Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra. A eclosão desse conflito
- A) deu-se no primeiro quartel do século XI, a partir de problemas na sucessão do trono francês, sobre o qual a Inglaterra tinha fortes interesses.
 - B) teve como causa principal a disputa pela região de Flandres que, feudatária da França, atraía fortes interesses econômicos da Inglaterra.
 - C) ocorreu na primeira metade do século XIV, a partir da disputa entre os dois países sobre inúmeros territórios flamengos e italianos.
 - D) foi provocada pelas disputas políticas entre a Rosa Vermelha (de Lancaster) e a Rosa Branca (de York).
 - E) aconteceu devido a interesses manufatureiros da França sobre Flandres, região feudatária da Inglaterra.
- 06.** (Unicamp-SP) Os impérios desenvolveram diferentes estratégias de inclusão. O império romano permitia a multiplicidade de crenças, desde que a lealdade política estivesse assegurada. Espanha e Portugal, entretanto, apesar de terem incorporado povos de línguas e culturas diversas sob seus governos, impuseram uma uniformidade legal e religiosa, praticando políticas de intolerância religiosa como caminho preferencial para assegurar a submissão e a lealdade de seus súditos.

SCHWARTZ, S. B. Impérios intolerantes: unidade religiosa e perigo da tolerância nos impérios ibéricos da época moderna. In: VAINFAS, R.; MONTEIRO, R. B. (Org.). *Império de várias faces*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 26.

- A) A partir do texto, diferencie o Império Romano dos impérios ibéricos modernos.
 - B) Quais as políticas praticadas pelas monarquias ibéricas na Era Moderna que caracterizam a intolerância religiosa?
- 07.** (FGV) Leia o fragmento.
- [...] entre os séculos XVII e XVIII ocorreram fatos na França que é preciso recordar. Entre 1660-1680, os poderes comunais são desmantelados; as prerrogativas militares, judiciais e fiscais são revogadas; os privilégios provinciais reduzidos. Durante a época do Cardeal Richelieu (1585-1642) aparece a expressão "razão de Estado": o Estado tem suas razões próprias, seus objetivos, seus motivos específicos. A monarquia francesa é absoluta, ou pretende sê-lo. Sua autoridade legislativa e executiva e seus poderes impositivos, quase ilimitados, de uma forma geral são aceitos em todo o país. No entanto... sempre há um "no entanto". Na prática, a monarquia está limitada pelas imunidades, então intocáveis, de que gozam certas classes, corporações e indivíduos; e pela falta de uma fiscalização central dos amplos e heterogêneos corpos de funcionários.
- POMER, Leon. O surgimento das nações apud MARQUES, Adhemar et al. *História Moderna através de textos*.
- No contexto apresentado, entre as "imunidades de que gozam certas classes", é correto considerar
- A) os camponeses e os pequenos proprietários urbanos eram isentos do pagamento de impostos em épocas de secas ou de guerras de grande porte.
 - B) a burguesia ligada às transações financeiras com os espaços coloniais franceses não estava sujeita ao controle do Estado francês, pois atuava fora da Europa.
 - C) a nobreza das províncias mais distantes de Paris estava desobrigada de defender militarmente a França em conflitos fora do território nacional.
 - D) os grandes banqueiros e comerciantes não precisavam pagar os impostos devido a uma tradição relacionada à formação do Estado francês.
 - E) o privilégio da nobreza que não pagava tributos ao Estado francês, condição que contribuiu para o agravamento das finanças do país na segunda metade do século XVIII.

08. (UEA-AM) Escrito entre 1601 e 1602, *Hamlet* é um drama de autoria de William Shakespeare. A peça representa a história de Hamlet, príncipe da Dinamarca, que volta ao seu país, depois de ter recebido a notícia da morte de seu pai. Ao retornar ao castelo de Elsenor, percebe que sua mãe, recém-viúva, casou-se com Cláudio, irmão do rei morto, que se apossou do trono do reino. O conflito agrava-se quando o espectro do falecido rei aparece a Hamlet, relatando-lhe que ele havia sido assassinado pelo seu irmão. Hamlet procura vingar a morte de seu pai e combater o usurpador do poder. As consequências do conflito, interno à monarquia dinamarquesa, redundam em sofrimentos, mortes e conquista do país por um exército estrangeiro. Situando-se a peça na história do período em que foi escrita e analisando-se o seu conteúdo político, pode-se sustentar que

- A) a preservação do poder legítimo do monarca é entendida como condição necessária à manutenção da paz e à autonomia do reino.
- B) a centralização política antidemocrática produz a oposição e a rebelião das populações mais pobres do reino.
- C) o poder absolutista dos reis é considerado causa de desentendimentos entre indivíduos, sem que isso altere a estabilidade política dos reinos.
- D) a fragilidade, a incompetência política e militar dos monarcas ingleses impediram a consolidação do absolutismo.
- E) as monarquias absolutistas conseguiram impor a religião cristã ao conjunto da sociedade europeia.

09. (UFU-MG) A tranquilidade dos súditos só se encontra na obediência. [...] Sempre é menos ruim para o público suportar do que controlar incluso o mau governo dos reis, do qual Deus é único juiz. Aquilo que os reis parecem fazer contra a lei comum funda-se, geralmente, na razão de Estado, que é a primeira das leis, por consentimento de todo mundo, mas que é, no entanto, a mais desconhecida e a mais obscura para todos aqueles que não governam.

LUÍS XIV, Rei da França. *Memórias*. (Versão espanhola de Aurelio Garzón del Camino). México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 28-37 (Adaptação).

As palavras do rei Luís XIV exemplificam um complexo e longo processo sociopolítico, identificado com o que comumente chamamos de Idade Moderna e que podia ser caracterizado

- A) por um crescente deslocamento do poder político da burguesia, que passou a ver a ascensão da nobreza feudal, cada vez mais próxima do poder e ocupando importantes cargos políticos.

- B) pela centralização administrativa sobre os particularismos locais e pela crescente unificação territorial, ainda que os senhores de terra não perdessem inteiramente seus privilégios.
- C) pelo fortalecimento do poder político da Igreja Católica, resultado de um processo de crescente mercantilização de suas terras e de sua consequente adequação ao mercado.
- D) pelo processo de cercamento dos campos, com o consequente fortalecimento da nobreza feudal, a qual, com os altos impostos que pagava, contribuiu decisivamente para o fortalecimento do poder real.

SEÇÃO ENEM

01. Desde antes do papa Bonifácio VIII, multiplicavam-se os conflitos no seio da Igreja e desta com o poder dos monarcas. Depois de condenar o pagamento de impostos pelos clérigos e ameaçar de excomunhão seus opositores, Bonifácio VIII formulou a Bula *Unam Sanctam*, que diz: "Ambas, a espada espiritual e a espada material, estão em poder da Igreja. Mas a segunda é usada para a Igreja, a primeira por ela; a primeira pelo sacerdote, a última pelos reis e capitães, mas segundo a vontade e a permissão do sacerdote. Por consequência, uma espada deve estar submetida à outra, e a autoridade temporal sujeita à espiritual [...]"

JOHNSON, Paul. *La historia del cristianismo*. Buenos aires: Javier Vergara Editor, 1989. p. 221.

A organização dos Estados Nacionais não significou apenas a contestação do poder dos senhores feudais. Também o poder da Igreja foi contestado. A Bula *Unam Sanctam* do Papa Bonifácio VIII foi uma resposta a essa contestação e defende a ideia de que

- A) a Igreja é a maior rival política do soberano uma vez que detém o poder da espada espiritual e da espada material.
- B) os monarcas têm permissão de cobrar impostos dos clérigos, desde que uma parte do que foi arrecadado seja repassada para a Igreja.
- C) o rei detém a autoridade temporal cujo poder se iguala ao poder espiritual controlado pela Igreja.
- D) a Igreja tem o direito de cobrar impostos sobre as populações dos Estados, além de interferir em seus assuntos internos.
- E) o poder material somente pode ser exercido pelos reis com a permissão do Papa e de acordo com a sua vontade, uma vez que todas as criaturas estão sujeitas a ele.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. B
- 03. B
- 04. E
- 05. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. D
- 03. C
- 04. A
- 05. B
- 06.

- A) Desde a origem de Roma, os romanos já cultuavam vários deuses e, ao longo dos séculos, assimilaram diversas influências religiosas. A expansão territorial e o advento do Império levaram à incorporação de cultos orientais, além daqueles de origem helenística. O cristianismo sofreu perseguições, pois os cristãos negavam o caráter divino do imperador. Quanto aos impérios ibéricos, durante sua formação, Portugal e Espanha eram leais à Igreja Católica e se empenhavam no propósito cruzadista de expansão da fé católica, impondo a religião aos povos de seus domínios.
- B) Nas áreas conquistadas e colonizadas pelos países ibéricos, o catolicismo foi imposto aos nativos por meio da catequese realizada por missionários, sobretudo os jesuítas. Também foram significativas a atuação da Inquisição como instrumento de combate às eventuais práticas consideradas heréticas e a prática dos espanhóis de construir igrejas sobre as ruínas de templos das civilizações pré-colombianas.

- 07. E
- 08. A
- 09. B

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %